
17:25 AE-PROJEÇÕES: BC MANTERÁ APOSTA EM META FISCAL DE 2012 NO RELATÓRIO

São Paulo, 23 - Apesar das dúvidas sobre o rumo da política fiscal em 2012, no Relatório de Inflação do terceiro trimestre, o Banco Central deve continuar apostando no cumprimento da meta cheia de 3,1% para o superávit primário no ano que vem, quando as pressões por aumento de gastos devem vir de várias frentes, com destaque para as eleições municipais e o aumento nominal de 14% do salário mínimo, além da necessidade de investimentos em infraestrutura para a Copa 2014 e para a Olimpíada de 2016. O documento será conhecido na quinta-feira, dia 29, às 8h30, conforme confirmado há pouco pelo Banco Central.

Dada a política monetária mais frouxa num ambiente de inflação corrente e projeções futuras pressionadas, em tese, cabe ao governo segurar as rédeas da demanda, mas se os efeitos da crise externa sobre o País forem severos essa postura mais austera pode ser testada. Outro efeito colateral de um contágio mais forte da crise externa sobre o ritmo da atividade doméstica seria redução nas receitas, pressupondo que a arrecadação tributária perderia fôlego. Por ora, entretanto, prevalece no mercado a ideia de que o cumprimento da meta de superávit de 3,1% é um elemento importante para a confiança do Banco Central em trazer a inflação para o centro da meta em 2012.

"O Banco Central está contando com o cumprimento da meta fiscal para o ano que vem. Nesse caso, o problema não é o BC. O governo federal é que tem de se esforçar para cumprir a meta de 3,1%", afirmou o economista da LCA Consultores, Bráulio Borges. Assim, prossegue o economista, a questão, de fato, é cortar gastos. "O problema nem é tanto o aumento do mínimo, que já estava nos cálculos do governo", afirma, destacando que a maior questão é acomodar o volume de emendas parlamentares que podem inchar o orçamento, em ano de eleições municipais.

Com relação aos investimentos necessários para que o País possa receber os eventos esportivos, Borges diz que o governo deve apostar nos modelos de concessão privada para agilizar as obras. "Os investimentos devem vir pelo esquema de concessão, pois o governo já se desvencilhou das amarras ideológicas", disse.

Já para o economista-chefe da Prosper Corretora, Eduardo Velho, o relatório teria de explicar como os diretores trabalham com "tanta certeza" do cumprimento da meta fiscal cheia de 2012, "tendo em vista que a LDO 2012 e os projetos em tramitação no Congresso não garantem isso". "O fato concreto é que as políticas monetária e fiscal estão com viés expansionista, olhando para 2012", disse.

Newton Camargo Rosa, economista-chefe da SulAmérica, espera que o relatório dê sinais claros a respeito da política fiscal, lembrando que o Copom considera o cumprimento da meta de superávit primário, de 3,1% do PIB, sem ajustes, em 2012. "Queremos saber como o BC pretende equilibrar isso e até que ponto o ajuste fiscal vai respaldar o afrouxamento monetário", disse. (Denise Abarca e Maria Regina Silva)